

EDUCAÇÃO, NEOCONSERVADORISMO E BARBÁRIE EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

EDUCATION, NEOCONSERVATISM AND BARBARISM IN TIMES OF CAPITAL CRISIS

EDUCACIÓN, NEOCONSERVACIÓN Y BARBARIE EN TIEMPOS DE CRISIS DE CAPITAL

Celso do Prado Ferraz de Carvalho¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8703-8236>

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar elementos teórico-políticos que contribuam para a compreensão do processo de ascensão política, no Brasil, de forças denominadas neoconservadoras e sua expressão no debate educacional. Nossa preocupação central é como o negacionismo da ciência, o questionamento da educação estatal, laica e pública, a censura e interdição do debate sobre questões de gênero, identidade e raça, a cultura do ódio e a destruição do financiamento público da educação. resposta não é simples e entendemos ser processo a construir coletivamente. Apresentamos, inicialmente, elementos do pensamento político neoconservador, de origem norte-americana, as teses que defende, os inimigos que define e a defesa que faz das relações capitalistas. Na sequência, mostramos como esse processo ganha expressão política no Brasil contemporâneo, em movimentos genericamente denominados de neoconservadores, da nova direita e da extrema direita, especificamente a face que assume no contexto do bolsonarismo. Por fim, recuperamos aspectos importantes para a compreensão de como o capital em ação e suas crises, constituem um meio de expressão de formas políticas e sociais selvagens e bárbaras.

Palavras-chave: Educação. Neoconservadorismo. Negacionismo. Barbárie. Bolsonarismo.

Abstract: The objective of this text is to present theoretical and political elements that contribute to the understanding of the process of political rise, in Brazil, of forces called neoconservatives and their expression in the educational debate. Our central concern is how the negation of science, the questioning of state education, secular and public education, the censorship and interdiction of the debate on issues of gender, identity and race, the culture of hatred and the destruction of public funding for education. The answer is not simple and we understand that it is a process to be built collectively. Initially, we present elements of neoconservative political thought, of North American origin, the theses it defends, the enemies it defines and the defense it makes of capitalist relations. Next, we show how this process gains political expression in contemporary Brazil, in movements generically called neoconservatives, the new right and the extreme right, specifically the face it takes on in the context of Bolsonaroism. Finally, we recover important aspects for the understanding of how the capital in action and its crises, constitute a means of expression of wild and barbaric political and social forms.

Keywords: Education. Neoconservatism. Negationism. Bolsonaroism. Barbarism.

¹ Universidade Nove de Julho - UNINOVE. São Paulo. SP. Brasil. E-mail: celsocarvalho@uni9.pro.br
cpfcarvalho@gmail.com.

Resumen: El propósito de este texto es presentar elementos teóricos y políticos que contribuyan a la comprensión del proceso de ascenso político, en Brasil, de las fuerzas llamadas neoconservadores y su expresión en el debate educativo. Nuestra preocupación central es cómo la negación de la ciencia, el cuestionamiento de la educación estatal, secular y pública, la censura e interdicción del debate sobre cuestiones de género, identidad y raza, la cultura del odio y la destrucción de los fondos públicos para la educación. La respuesta no es simple y entendemos que es un proceso que se construye colectivamente. Inicialmente, presentamos elementos del pensamiento político neoconservador, de origen norteamericano, las tesis que defiende, los enemigos que define y la defensa que hace de las relaciones capitalistas. A continuación, mostramos cómo este proceso adquiere expresión política en el Brasil contemporáneo, en movimientos genéricamente llamados neoconservadores, la nueva derecha y la extrema derecha, específicamente la cara que adquiere en el contexto del bolsonarismo. Finalmente, recuperamos aspectos importantes para comprender cómo el capital en acción y sus crisis son un medio para expresar formas políticas y sociales salvajes y bárbaras.

Palabras clave: Educación. Neoconservadurismo. Negacionismo. Bolsonarismo barbarie.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar elementos teórico-políticos que contribuam para a compreensão do processo de ascensão política, no Brasil, de forças denominadas neoconservadoras, de extrema direita, ou, como definem autores aqui tratados, a nova direita. Nesse contexto, analisar sua expressão no debate educacional, por meio do negacionismo da ciência, do questionamento da educação estatal, laica e pública, da censura e interdição do debate sobre questões de gênero, identidade e raça e, a sua essência, a destruição da concepção de educação como questão pública. De forma sintética, que razões explicam o alcance do neoconservadorismo no campo político e educacional com o qual nos defrontamos hoje no Brasil?

Fundado em produção bibliográfica atual, o texto em tela trata desses fenômenos no contexto da crise estrutural do capital² e apresenta questões sobre as quais não há consenso no debate político nacional. O que apresentamos, neste caso, é uma possível interpretação. Começemos pelas questões.

Como entender o bolsonarismo e sua expressão política? O que sustenta a lógica e a perversão que a caracteriza? De onde provém a obsessão pela irracionalidade emanada da fala de agentes públicos que ocupam cargos importantes na esfera do Estado? Por que o desprezo pela vida dos trabalhadores se constitui em mera quimera, detalhe, insignificância? O que permitiu que as forças políticas que sustentam essa narrativa alcançassem espaços de poder e influência que hoje detêm?

² Segundo Meszáros (2009, p. 83), a crise do capital, como “expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é inseparável do aprofundamento na denominada economia real, com o consequente aumento do desemprego e da miséria humana a ele associada.” Crise, que em nossa, atingiu impacto destrutivo, que expressa, não problemas momentâneos de fluxo de capital ou de retração na produção, mas sim, uma crise estrutural do capitalismo, que impacta os processos metabólicos de reprodução social.

Cabe mencionar inicialmente, que compreendemos o conceito de bolsonarismo como um movimento político, que embora tenha como visibilidade a figura de Jair Bolsonaro, é bem mais amplo. Nossa compreensão entendemos o bolsonarismo como:

(...) uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos 'valores tradicionais' e assume uma retórica nacionalista e 'patriótica', sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do 'contra tudo que está aí', apesar de ele mesmo ser parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição. (MACHADO; FREIXO, 2019, p 23)

Como decorrência dessa compreensão, afirmamos que Jair Bolsonaro é parte desse processo, mas sua dimensão é bem mais ampla. Importante também mencionar que seus disseminadores não defendem as mesmas bandeiras, como *tradicionalismo*, *patriotismo* e *nacionalismo*. Por se constituir num movimento que envolve parte da burguesia, intelectuais, artistas, políticos tradicionais, apresentadores de televisão, jornalistas, *yuotubes* e outros grupos, caracterizando uma ampla coalização de forças políticas, o movimento não tem organicidade ou ação partidária, como mostram as diversas disputas que os envolvem. Assim, conceitos como *tradicionalismo*, *patriotismo* e *nacionalismo* adquirem significados contraditórios, como por exemplo, quando afirmam serem nacionalistas e, para tanto, usam a bandeira nacional como seu patrimônio, mas ao mesmo tempo defendem ações de desnacionalização da economia brasileira (como exemplifica o caso de venda da Embraer para a Boeing) ou quando saúdam a bandeira norte-americana.

Trata-se de buscar explicações, no campo da ciência política, para o fato de a expressão política do capital ser assumida, neste momento, por figuras como Viktor Mihály Orbán, desde 2010 primeiro-ministro da Hungria; Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América; Narendra Damodardas Modi, primeiro-ministro da Índia; Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil, e outros nomes não muito conhecidos. Esses nomes não esgotam o tamanho da extrema direita no mundo, como mostram os casos recentes de avanço político de partidos filiados a essa perspectiva ideológica na Itália, Espanha, Áustria, Holanda e em outros países, mas eles são representativos de um pensamento que se tornou hegemônico em amplos setores da burguesia e das classes médias urbanas.

Em comum, os nomes acima citados e suas expressões políticas manifestam profundo desprezo por aqueles que não compactuam com sua forma de pensar. Propõem medidas as mais duras sem qualquer preocupação com seus efeitos, tendo a recente pandemia apresentado a face mais visível de suas ideias sobre a coisa pública e de suas formas de ação.

Trump nunca escondeu o desprezo pela vida, como mostra a solução que apresentou para ‘resolver’ o problema da imigração na fronteira entre o México e os Estados Unidos, propondo a construção de um muro. Não é nada original nesse aspecto. Outro exemplo de seu desprezo pela vida é a forma como tem usado o poder do capital norte-americano nesse momento de pandemia, contrariando a narrativa construída pelo cinema norte-americano que sempre enalteceu a moralidade do país e o apresentou como salvador do mundo ocidental, como aquele que, diante da catástrofe, seria o porto seguro da humanidade. Donald Trump destruiu tal narrativa e desnudou a expressão real do capital quando despojada de atenuantes quando, na prática, sequestrou todos os equipamentos de segurança sanitária ao seu alcance, que seriam enviados a outros países, usando o enorme poder que o centro do capital possui e, assim, reduzindo a vida nas periferias do capital a uma mera questão contábil.

Bolsonaro expõe sua irracionalidade das formas mais diversas e cotidianas, mas a faz assumir ares de barbárie quando afirma, de forma sádica, que a economia se sobrepõe à vida. Sua tese de que as pessoas vão mesmo morrer, dado que é da natureza da própria pandemia, alicerça a defesa que faz de que os trabalhadores devem retornar ao trabalho. Sua indiferença à vida choca até aqueles que são mais próximos a ele, como certos ministros de seu governo.

No caso de Trump, o sequestro de equipamentos sanitários pode fortalecer seu discurso nacionalista e dar-lhe fôlego político. Nesse aspecto, ele apenas reproduz ações comuns de governos anteriores ao seu, democratas ou republicanos, para os quais os interesses norte-americanos sempre foram a justificativa para as ações mais selvagens e bárbaras que conhecemos. Os exemplos são muitos.

No caso de Jair Bolsonaro, sua defesa da volta ao trabalho no atual contexto é a forma mais acabada da indiferença extrema que o capital pode produzir, reduzindo a vida dos trabalhadores a nada. Quando assim se manifesta, não exprime apenas uma convicção pessoal, mas, sim, o entendimento de parte de forças políticas que lhe dão sustentação e o mantêm no poder. A diferença entre Bolsonaro e essas forças políticas é que sua insanidade não lhe permite mais distinguir qualquer noção de civilidade da barbárie, pois esta assumiu, em seu discurso, o centro argumentativo. Não tem volta.

Trump, Bolsonaro e outros nomes da extrema direita são hoje os porta-vozes do capital. Diante deles, políticos da *direita dita civilizada* foram esvaziados e tiveram seus discursos reduzidos à insignificância. A imagem e narrativa de Geraldo Alckmin, candidato no qual a direita apostou suas maiores fichas no início do processo eleitoral brasileiro de 2018 é exemplar. Terminou o primeiro turno falando praticamente sozinho, diante de um Bolsonaro que capitalizou, não só o antipetismo, mas o ódio e o desprezo que parte significativa da população de classe média nutre pelos trabalhadores e pelos pobres.

O que aconteceu com a direita clássica, constituída de homens que procuravam se mostrar civilizados, racionais e preocupados com o bem comum? Onde estão aqueles que

procuravam, mesmo que por meio de mecanismos pífios e humanitaristas, conter a pobreza e a miséria geradas pelo capital? Para onde foram as forças políticas que impunham à lógica do capital e à sua sanha de exploração um verniz civilizado, capaz de ser contido por meio de políticas compensatórias? O que ocorreu e possibilitou que surgisse um personagem como Bolsonaro, afirmando em alto e bom som, de forma direta e clara que aos trabalhadores restam as opções de abrir mão de seus direitos ou então de seus empregos?

Se em longos períodos da segunda metade do século passado o capitalismo pode ampliar o capital, distribuir parte, ainda que pequena, da riqueza produzida, definir marcos regulatórios de controle das relações capital e trabalho e estabelecer certa estabilidade política, isso não é mais possível hoje. Uma nova estrutura e organização do poder, definida pelos interesses emanados do capitalismo em regime de predominância financeira, criou as condições para processos de desvalorização da chamada democracia liberal e da liberalização das formas mais selvagens e bárbaras de relações que o capital produz. Sem o tênue filtro que permitia dar ao capitalismo ares de civilidade, o que resta é apenas sua lógica destrutiva.

A resposta não é simples e entendemos ser processo a construir coletivamente. É assim que este texto apresenta um conjunto de questões, derivadas de diferentes autores, que possuem como elemento comum o situar o avanço da extrema direita como forma e expressão política do capital em crise constante. Apresentamos, inicialmente, alguns elementos para a compreensão do pensamento político neoconservador, de origem norte-americana, das teses que defende, dos inimigos que define e da defesa que faz das relações capitalistas. Na sequência, mostramos como esse processo ganha expressão política no Brasil contemporâneo, em movimentos genericamente denominados de neoconservadores, da nova direita e da extrema direita, especificamente a face que assume no contexto do bolsonarismo, e, para tanto, traçamos um breve retrato das políticas educacionais em curso e dos impactos que produzem na destruição da educação pública, estatal e laica. Por fim, recuperamos aspectos importantes para a compreensão de como o capital em ação e suas crises constantes constituem um meio de expressão das formas políticas mais selvagens e bárbaras.

BASES IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO DA NOVA DIREITA

A breve discussão que apresentamos neste trecho do texto tem como objetivo ajudar a situar e compreender a emergência do bolsonarismo no Brasil. Entendemos que esse movimento não pode ser explicado de forma endógena, mas, sim, como expressão local de um movimento, de escala mundial, de ascensão do neoconservadorismo de origem norte-americana. Para fundamentar as considerações que aqui fazemos nos apoiamos em duas pesquisas recentemente publicadas. Trata-se dos estudos conduzidos por Flávio Henrique Calheiros Casimiro, publicado com o título *A nova direita: aparelhos de ação política e ideo-*

lógica no Brasil contemporâneo (CASIMIRO, 2018), e do texto de Marina Basso Lacerda, *O novo conservadorismo brasileiro* (LACERDA, 2019).

O primeiro aspecto de que tratamos visa situar as condicionantes político-ideológicas mais gerais desse processo, descortinando sua origem vinculada aos processos políticos norte-americanos e apreendendo sua irradiação mundo afora como decorrência da *ação imperialista* que pratica.

A compreensão que aqui temos de imperialismo está baseada na análise desenvolvida por David Harvey. Para ele o imperialismo decorre de uma “relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder.” Embora sejam distintas, elas se acham entrelaçadas. Assim, acumulação de capital e controle político produzem contradições, que são a “base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista.” (HARVEY, 2004, p. 155). Nesse sentido entendemos tanto a disseminação do ideário neoliberal como neoconservador e sua incorporação no Brasil por diferentes grupos. O ideário neoliberal e político de financeirização é a resposta do Imperialismo norte americano à crise estrutural do capital, na passagem dos anos 1960 para os anos 1970. O ideário neoconservador do imperialismo ganhou dimensão com a eleição de George Walker Bush em 2000 e, com ele, a disseminação de ideias de ordem, respeito e defesa da família. A base desse movimento são os cristãos fundamentalistas.

No Brasil, o ideário neoliberal foi incorporado como política pública a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2020), tendo como suporte o apoio maciço da mídia corporativa, do sistema financeiro e de parcela significativa da burguesia brasileira. A disseminação da agenda neoconservadora contou com apoio irrestrito da direita cristã, tanto católica como evangélica, mas não só desses grupos. Ela inclui forças que ganharam densidade principalmente nos governos petistas, no período que compreende a posse de Lula da Silva em 2003, até o desfecho do golpe político contra Dilma Rousseff, em agosto de 2016. A pauta política dessas forças centrava-se na defesa da família tradicional, da crítica às políticas de fortalecimento de identidade, das cotas sociais, dos direitos humanos e, de forma genérica, da corrupção.

O neoconservadorismo como movimento intelectual adquiriu importância política nos Estados Unidos a partir da denominada guerra fria. Sua presença orgânica nos espaços de poder se expressa na ascensão de Ronald Reagan (1981-1989) à presidência do país, em um contexto de expansão do ideário neoliberal. Nesse contexto ele irá articular tanto a defesa de valores capitalistas, como de uma moral tradicional e religiosa. Defendeu ideias que articularam valores do capitalismo, do tradicionalismo, do anticomunismo e a defesa intransigente do Estado de Israel. Sua expressão intelectual é ampla, destacando-se no-

mes como Leo Strauss³, Irving Kristol⁴, Daniel Bell⁵ e Allan Bloom⁶, todos de importância significativa para a filosofia política. São intelectuais cujas ideias foram apropriadas pelo *establishment* político e econômico e contribuíram para o processo de disseminação e fundamentação do conservadorismo. As ideias centrais defendidas pelo neoconservadorismo se sustentam na tríade militarismo e idealismo punitivo, absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã.

As teses da direita cristã centram-se em ideias que questionam o comportamento defendido por movimentos feministas, da contracultura e das populações negras. Resumidamente, o questionamento que advogam centra-se na tese de que o feminismo e o divórcio prejudicam as mulheres, porque as deixa desprotegidas; que o aborto não é direito, é crime; que a família é baseada no casamento heterossexual; que a teologia da libertação estimula a culpa, a inveja e o conflito; que não existe luta de classes, o que existe é recompensa pelo bom trabalho e punição do mal. O movimento feminista foi alçado à condição de inimigo principal pela direita cristã. O raciocínio produzido levava a uma lógica sobre a qual não havia dúvidas acerca do mal que produzia. A narrativa linear definia que o feminismo destrói a família, pois não aceita as diferenças de gênero, rejeita a autoridade do marido e do pai e que mudar a divisão sexual do trabalho, valores considerados 'naturais'. Com isso, a ausência da figura paterna leva à delinquência juvenil, aos filhos ilegítimos, à pobreza persistente e à homossexualidade. A consequência desse processo é a necessidade de o Estado intervir com recursos públicos, para corrigir os desvios sociais.

3 Nas palavras do professor e pesquisador Evaldo Sampaio da Silva, a obra de Strauss gera controvérsias acerca de sua influência na construção do pensamento conservador. Segundo ele, "(...) para uns, ele é o principal responsável pela revitalização contemporânea dos estudos de filosofia política, um leitor inigualável dos maiores pensadores dessa tradição e alguém que ousou se posicionar diante da crise de nosso tempo. Para outros, ele é um inimigo da liberdade e da democracia, mentor intelectual do movimento neoconservador norte-americano que formou dezenas de funcionários responsáveis pelo governo George W. Bush. (SAMPAIO DA SILVA, 2013)

4 "Irving Kristol é o primeiro editorialista do *Wall Street Journal*. Extremamente nacionalista, ele atribui o *problema da América* à política internacional, ou seja, ao re-planejamento da missão dos Estados Unidos no mundo, em um momento em que é colocada em xeque a sua *singular situação providencial no mundo* pelos intelectuais *corruptores* dos valores tradicionais americanos." (VALE, 2010)

5 Foi professor de ciências sociais na Universidade de Harvard, escritor, editor e sociólogo. Seu status de think tank do pós-industrialismo se deve em grande medida à sua vasta produção acadêmica. Sua obra mais extensa e sistematizada sobre o pós-industrialismo foi sem dúvidas o livro "The Coming of Post-Industrial Society", publicado em 1973. (Cf. OGAMA, 2019)

6 Allan David Bloom foi professor nas universidades de Chicago, Yale, Cornell e de Toronto. Bloom acreditava que uma educação liberal com uso criterioso de grandes textos era o elemento essencial da educação. No livro, *The Closing of the American Mind*, publicado em 1987, Bloom argumenta que a crise social e política da América do século XX é uma crise intelectual. Culpou a alta tecnologia, a revolução sexual e a introdução da diversidade cultural no currículo às custas dos clássicos, que, por sua vez, produziam estudantes sem sabedoria ou valores. De acordo com Bloom, a democracia americana, sem querer, acolheu ideias vulgarizadas de niilismo e desespero e de relativismo disfarçado de tolerância. (Cf. TANNER, sd.)

Nesse ponto, o discurso da direita cristã encontra respaldo, apoio e ressonância nos defensores das teses do absolutismo do livre mercado, do controle dos gastos públicos e da privatização da vida. No entanto, nem todos os neoconservadores incorporaram os princípios do livre mercado e do liberalismo. Na leitura de Lacerda (2019, p.55), o pensamento de Strauss, ao defender teses como a de que (...) toda sociedade, para funcionar, precisa de um conjunto de ideias que definam o que é verdadeiro e falso/certo e errado, e o instrumento mais poderoso para tanto seria a religião” questiona a forma como o liberalismo abriu espaços para o enfraquecimento dos valores religiosos, para ele, fundamentais na manutenção da ordem social e política e abriu espaços para a desordem e a desagregação. Importante lembrar que a ordem política defendida por Strauss é a que emerge do capitalismo.

A disseminação do discurso da direita cristã em nível internacional se dá com a ascensão política de Ronald Reagan, eleito em 1980. A ação missionária de vários grupos religiosos na América Latina teve papel importante nos processos de disseminação da agenda norte-americana na região. A mensagem a ser disseminada era clara: “(...) a palavra de Cristo e os valores do capitalismo de livre mercado deveriam ser os vigentes.” (LACERDA, 2019, p. 35)

Outro argumento disseminado pelo ideário conservador da direita cristã era o reestabelecimento da família tradicional, que levaria o Estado a diminuir o gasto público com políticas sociais. O argumento central era de que foi a destruição da família tradicional pelo movimento feminista que levou ao aumento da criminalidade e da violência social, obrigando o Estado a dispendar recursos públicos em políticas de segurança e de seguridade social.

Por fim cabe a menção ao discurso da direita crista em defesa do *homeschooling*. O objetivo era afastar as crianças dos *perigos* representados pelos movimentos de contracultura. A defesa do criacionismo é feita em nome da restauração, nos Estados Unidos, de uma sociedade livre do pecado e da influência de formas de pensamento, como a contracultura e o feminismo, capazes de destruírem a sociedade cristão ocidental.

O absolutismo do livre mercado, outra marca do neoconservadorismo, é o encontro entre o pensamento neoliberal e o tradicionalismo. Para David Harvey (2014), o neoconservadorismo é a junção de interesses de um capitalismo explicitamente autoritário e crítico de qualquer forma de intervenção do Estado na economia. Nesse intento, sua aversão à solidariedade é expressão de uma lógica que entende que a competitividade e os processos de acumulação não podem ser contidos ou regulados pelo em estatal.

Para Brandon High (2009), Irving Kristol defende o neoliberalismo e a economia de mercado com base em um argumento cuja lógica carece de comprovação histórica. Para ele, as políticas neoliberais deveriam reduzir poder e tamanho do Estado, consequentemente reduzindo a assistência social. O resultado desse processo é que, diante de uma situação em que o Estado não se faz presente, caberia a todos buscarem os meios para sua sobrevivência, o que levaria ao aumento da virtude social.

Neoconservadores e neoliberais possuem agendas que têm como elemento comum a defesa do Estado mínimo na economia. Embora apresentem razões que se tornaram complementares, essa aliança não é isenta de tensões. Ao tratar de aspectos comportamentais a agenda não é comum: neoconservadores defendem a ação do Estado no sentido de normatizar valores morais, se afastando dos neoliberais; os neoliberais defendem o mercado livre em sentido absoluto, o que leva os neoconservadores a questionarem essa total liberdade, tendo em vista o fato de que a pornografia, a disseminação de valores feministas e da contracultura encontram na liberdade de expressão o mecanismo que permite sua existência. A defesa do capitalismo, da propriedade privada e da acumulação expõe limites à ação política de neoliberais e neoconservadores, mas não tem constituído elemento impeditivo de sua ação.

O idealismo punitivo define-se pela imposição, a qualquer custo, da lei e da ordem. A coerção do Estado deve ser o meio de coibir a violência e a criminalidade, entendidas como ação dos indivíduos que não estão necessariamente vinculadas às questões sociais e à miséria. Como desdobramento desse raciocínio, fazem a defesa ardorosa do direito de cada indivíduo possuir armas para defesa individual. No esteio da ascensão política de Reagan e do desmonte de políticas sociais e dos programas de seguridade social tem-se como consequência a ampliação do sistema penitenciário e, tempos depois, a privatização desse sistema, com a conseqüente transformação da lógica do idealismo punitivo em um negócio.

O desmonte das políticas sociais expõe as formas bárbaras de acumulação do capital e geram um clima de insegurança absoluta. A miserabilidade cresce exponencialmente, ao mesmo tempo que a desregulamentação financeira abre espaço para as formas mais predatórias de acumulação. O encontro entre miserabilidade, acumulação desenfreada e aumento do sentimento de insegurança reforça o discurso da punição. Os inimigos são definidos e os culpados, geralmente os mais vulneráveis, devem ser tratados como rigor da lei. O movimento punitivista, que teve na guerra às drogas uma de suas faces mais visíveis, cuja dimensão ampliou-se significativamente no governo Reagan, foi responsável pela criminalização da pobreza, dos negros e dos imigrantes. Segundo relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a população carcerária no Estados Unidos é de cerca de 2,3 milhões de pessoas em prisões e cadeias federais e estaduais⁷.

Essa breve descrição permite vislumbrar o alcance das ideias e teses defendidas pelo movimento neoconservador: apoio irrestrito do poder que emana do mercado e da família; privatização da economia, que encontra no neoliberalismo sua expressão ideal, e defesa da família tradicional, que criminaliza os movimentos feministas e o debate sobre gênero. Associando problemas amplos que o capitalismo cria, como violência e miserabilidade, não há causas estruturais geradas pela acumulação, mas há opções individuais

⁷ Dados obtidos em <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313415>. Acesso em 09 de abr. de 2020

decorrentes da destruição da família, da tradição e do respeito. O discurso emanado da direita cristã conquistou forte apelo eleitoral, tendo participação decisiva nas vitórias conservadoras recentes.

No Brasil, o neoconservadorismo encontrou, na junção das teses do neoliberalismo, da punição e da defesa da família, o esteio necessário para ampliar sua ação, constituindo-se em força política que teve na eleição de Jair Bolsonaro sua consequência política maior.

Tal qual nos Estados Unidos, seus defensores rejeitam a interferência do Estado nos valores morais familiares e religiosos, lutam contra políticas de valorização da identidade de gênero e diversidade e de orientação sexual na legislação educacional, posicionando-se contra o Programa Escola Sem Homofobia e defendendo o Movimento Escola sem Partido e o Estatuto da Família. Para além disso, defendem - e estão implementando - políticas de privatização da economia e de destruição dos mecanismos de proteção social.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS BOLSONARISTAS: A BARBÁRIE E LÓGICA DESTRUTIVA DO CAPITALISMO FINANCEIRO

As políticas educacionais em curso não são apenas a expressão do desejo e vontade das forças que assumiram o poder no país como decorrência do golpe de Estado desfechado em 2016, derrubando o governo de Dilma Rousseff.

Se considerarmos que uma das faces das políticas educacionais em curso é a ênfase em processos que valorizam e fortalecem conceitos como responsabilização e meritocracia, e que enaltecem as mais diversas formas de privatização, entendemos que não são questões novas. O que é novo é a intensidade com que são anunciadas e implantadas e a narrativa que as alicerça.

O bolsonarismo se caracteriza por um projeto pedagógico-político que articula autoritarismo, conservadorismo e violência. A narrativa disseminada enfatiza a lógica de que se trata de uma guerra ideológica, cujo inimigo a ser destruído é todo aquele que se identifica politicamente com a esquerda, com o marxismo cultural.

Temos então em contexto em que a destruição da educação pública e a guerra ideológica ao denominado marxismo cultural pautam o debate oficial e são disseminados pelas diversas redes bolsonaristas. Essa pauta denominamos de pedagogia da barbárie. Essa pedagogia surgiu e está sendo construída combinando ação política tradicional e uso maciço das redes sociais. A enorme capacidade de difusão de ideias que o bolsonarismo possui nas diversas redes sociais foi fundamental, pois permitiu que a cultura do ódio e da barbárie aflorasse, sem controle, tendo como alvos o petismo, o Foro de São Paulo, a globalização, os comunistas, os movimentos em defesa das identidades, feministas e étnico-raciais. Tudo apresentado como parte de um único projeto, a destruição da civilização ocidental, da família tradicional, da liberdade e da propriedade.

Um exemplo a ilustrar a pedagogia da barbárie foi o processo de disseminação do ódio ao educador Paulo Freire. Paulo Freire, até bem pouco tempo atrás, um nome que circulava apenas nos espaços educacionais, passou a ser conhecido nacionalmente. Durante manifestação bolsonaristas em março de 2015, em São Paulo, uma faixa chamou a atenção: “Chega de doutrinação marxista: basta de Paulo Freire.”⁸ Como chegamos a essa situação? Como Olavo de Carvalho se tornou uma das lideranças desse movimento, juntamente com Fábio Ostermann, fundador do Movimento Brasil Livre, o cantor Lobão, Beatriz Kicis, Deputada Federal e Dalmo Accorsini?

Em texto publicado em 2015⁹, Natalia Viana apresenta elementos de como a pedagogia da barbárie foi sendo construída pelas redes sociais. Descreve como Olavo de Carvalho foi um dos primeiros nomes desse grupo a utilizar as redes, o que o tornou ícone da direita brasileira. Com a criação do site *Mídia sem Máscara*, em 2002, passou a juntar textos de sua autoria, publicados em diferentes jornais da imprensa burguesa, além de entrevistas que concedia. Segundo Natalia, sua trajetória foi em parte financiada pelo Independent Republican Institute (IRI), ligado ao partido republicano dos EUA.

Olavo de Carvalho se transformou em referência para diversos grupos que passaram a disseminar a pedagogia da barbárie. No processo do golpe contra Dilma Rousseff esses grupos foram importantes, dando capilaridade social e arregimentando milhares de pessoas para as manifestações públicas. O processo gera o surgimento de novos nomes, especificamente *youtubers*¹⁰, com milhares de seguidores, e que se caracterizam por um discurso cada vez mais agressivo. Esses *youtubers* produziram um enorme efeito cascata na disseminação do ódio, atingindo grande parte da população mais jovem, dando ao bolsonarismo uma face jovial.

A pedagogia da barbárie também foi impulsionada por amplos setores da mídia burguesa. Seja pela omissão, seja pela disseminação direta, diversos jornalistas são partes desse processo. Nomes como Augusto Nunes, Joyce Hasselmann, Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo disseminaram essa pedagogia diariamente, em diferentes meios de comunicação. A esse grupo deve ser somado Marco Antonio Villa, William Waack, José Luis Datena e vários outros. O fato de que alguns desses nomes hoje terem se afastado da figura de Jair Bolsonaro e terem se tornado críticos de seu governo, não significa que se afastaram dos ideais do bolsonarismo. Continuam disseminar ideias e teses que enfatizam a guerra ideológica contra a esquerda e o denominado marxismo cultural

8 Cf: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/onu-responde-manifestantes-que-pediram-basta-de-paulo-freire.html>. Acesso em 1 de mai. 2020.

9 Cf: <https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>. Acesso em 1 de mai. 2020.

10 São vários os youtubers que ganharam densidade nesse processo. Citamos aqui alguns, em razão do número de seguidores que possuem. São eles Nando Moura, Bernardo Kuster, Alan dos Santos e Felipe Moura.

Cabe aqui uma breve consideração acerca desses dois conceitos, esquerda e marxismo cultural, que orientam a narrativa da extrema direita bolsonarista no Brasil atual, pois não tem sido prática comum do bolsonarismo o cuidado e rigor com a definição conceitual que o orienta. Não existe sequer o cuidado em ser minimamente coerente.

No caso do conceito de esquerda ele ganha amplitude à medida que os bolsonaristas demarcam seus adversários. Longe de qualquer preocupação de situar o conceito de esquerda e direita como expressões políticas minimamente identificadas com interesses que opõem o capital ao trabalho. Em um primeiro momento a esquerda foi identificada com aqueles que disseminam os valores do marxismo cultural, daí a ênfase do ataque aos educadores, Paulo Freire entre eles, taxados de agentes ideológicos a serviço da destruição da civilização ocidental. Nesse momento, também foram objeto da pedagogia da barbárie todas as organizações dos trabalhadores, os movimentos feministas e os movimentos em defesa da diversidade identitária.

Dessa forma a narrativa bolsonarista, em um primeiro momento, associou esquerda ao petismo. Com o passar do tempo, inclui a imprensa burguesa, juízes do Supremo Tribunal Federal, organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Papa Francisco, os presidentes do Senado e da Câmara dos deputados e até militares que ocupam cargos no próprio governo, como o vice-presidente da República, além de qualquer político que alcance algum prestígio popular ou presença na grande mídia como o governador de São Paulo e o ministro da Saúde. Esquerda é entendido como tudo que não se identifica com a lógica momentânea que orienta Jair Bolsonaro e sua tropa. A insanidade conceitual não tem limites.

A que colocou o denominado marxismo cultural como inimigo a ser destruído, é outra face dessa insanidade. Ela não é recente, não surgiu com o bolsonarismo, mas é inegável que ganhou dimensão ao ser impulsionada por grupos e pessoas identificadas com ele. A falsa mensagem que disseminam é de que marxistas e comunistas, ao serem derrotados pelo golpe de 1964 (ou *revolução*, para eles), buscaram outra forma de impor sua concepção de vida e de mundo. A forma encontrada foi a de travar uma guerra cultural como meio de minar as bases morais da sociedade cristã-ocidental, cujo alicerce são a família e a propriedade. Segundo os bolsonaristas, uma das frentes de ação do marxismo cultural é a educação. A pedagogia da barbárie centrou fogo no petismo, identificando-o como o agente desse processo e inimigo a ser destruído. Ao falar de marxismo cultural, os bolsonaristas referiam-se a um conjunto amplo de questões e ações políticas postas em ação pelos governos petistas: políticas de gênero e de combate à homofobia foram rotuladas de forma depreciativa, como sendo pura *ideologia de gênero*.

Outra expressão que o bolsonarismo identificou como avanço do marxismo cultural foi o financiamento concedido pelo Estado à produção cultural. Na lógica discursiva do grupo o que se financiava eram obras, exposições e artistas que contribuíssem para a disseminação de valores destrutivos da família tradicional e questionavam o *papel natural da mulher*.

Na linha desse raciocínio, surgiram as críticas às políticas educacionais petistas, que segundo esses grupos visavam utilizar a escola e os professores como meios de disseminação de suas ideias e valores. Por esse meio, as crianças seriam educadas ideologicamente, numa perspectiva que contrariava a *ordem natural das coisas*, expressas na organização familiar tradicional. Criticavam uma educação que, para eles, enaltecia a homossexualidade e contribuía para redefinir a família. As ações desencadeadas de combate ao denominado marxismo cultural foram amplas. Algumas delas ganharam corpo e dimensão política no denominado Movimento Escola sem Partido¹¹. A crítica central é de que os professores transformaram a escola em espaço de disseminação de uma ideologia política, o assim chamado marxismo cultural. A forma de impedir tal ação é a inserção na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de dispositivos que a impeçam. O que mais se defende é a simples transformação de qualquer comentário feito pelo professor ou professora em ato político. O que se pretende é criminalizar tudo aquilo que for considerado político. Em síntese, o que se pretende é controlar o processo educacional e o professor, permitindo apenas a difusão daquilo que enfatiza da naturalização das relações sociais - o que se pretende é o controle social.

Se a preocupação com definição e precisão conceitual não é marca do bolsonarismo, se não há uma lógica minimamente articulada que o orienta, isso poderia ser a expressão de sua fragilidade, de seu limite. Quando observamos a fala dos dois ministros da educação que Bolsonaro escolheu, essa perspectiva ganha densidade. Tanto Ricardo Vélez Rodríguez como Abraham Weintraub não podem ser considerados quadros preparados e conhecedores da educação, capazes de serem propositores de uma política educacional. Ao contrário, o que demonstram é desconhecimento básico das questões educacionais. O que sustenta, então, suas indicações? Por que foram escolhidos? A razão estaria na identificação que mostram com a narrativa do bolsonarismo e sua missão de combate ao marxismo cultural? Seriam eles a expressão de uma possível divisão do governo entre ministros técnicos e ministros ideológicos?

São questões cujas respostas devem ser buscadas menos no discurso que orienta a narrativa bolsonarista e mais em suas ações, especificamente em sua dimensão normativa.

A hipótese que orienta este texto é de que a política educacional do governo Bolsonaro segue uma lógica que, na essência, se pauta por uma sistemática que visa, por um lado, a diminuição da capacidade de regulação e de financiamento da educação pelo Estado, abrindo todas as portas para processos de privatização. Por outro, ao disseminar a pedagogia da barbárie, permitir que grupos aliados, de matizes religiosas ou não, ocupem espaços no Ministério da Educação, tornem-se fornecedores de material didático-pedagógico adquiridos pelo Estado. Para tanto, utilizam da narrativa de combate ao marxismo cultural, ao freirianismo e outras ideologias de esquerda, disseminando a necessidade de

11 Para uma discussão e análise ampla do Movimento Escola sem Partido conferir Frigotto (2017) e Batista; Orso e Lucena (Orgs.), 2019.

mudança nos processos de alfabetização e nos currículos escolares; de valorização de uma educação que tenha como esteio a família tradicional, e que implemente mudanças na LDB para incorporar as ideias do Movimento Escola sem Partido, entre outras ações não tão conhecidas. Trata-se de um duplo processo que envolve a privatização de tudo que for possível e a disseminação da pedagogia da barbárie.

As ações do governo Bolsonaro no campo educacional requerem atenção com o *diário oficial da União*. Essa necessidade surge do fato de que os ministros da educação do governo, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, não são boas referências para se entender o que o governo de fato almeja. A forma como se portam no espaço público não permite o debate de ideias, dado que não há ideias da parte deles, apenas ilações gerais, discursos ideológicos e muita fanfarronice para agradar seus seguidores. Por isso, a necessidade do diário oficial, em tese aquele que expressa de modo formal como o governo Bolsonaro administra as questões educacionais. Apresento a seguir um conjunto de medidas que o governo tem posto em prática, ou tem tentado conseguir apoio para sua implementação.

- extinção da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), responsável por articular o Sistema Nacional de Educação (SNE); da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que coordenava programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos;

- apresentação de proposta de retorno do método fônico de alfabetização, abrindo a discussão questionadora, seja dos procedimentos pautados no socio-construtivismo seja na pedagogia freiriana;

- ocupação de cargos importantes na estrutura do MEC por profissionais com pouca ou nenhuma identificação com as questões educacionais;

- série de ações que tem modificado e dificultado formas de financiamento da educação com recursos públicos, entre elas: questionamento do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ), conceitos que permitem que se calcule o valor mínimo de investimento por estudante, condição necessária para que se possa garantir um patamar de qualidade educacional no país, ação prevista na Meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE) para que se pudesse alcançar, até 2024, investimento de 10% do PIB na área; corte de gastos de forma linear nos investimentos do MEC em educação; não renovação de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado e, recentemente, redefinição dos critérios de concessão dessas bolsas; modificações nos contratos do FIES, com redefinição de critérios de concessão, prazos e taxas de juros; redução de recursos e posterior extinção do Programa Ciências sem Fronteiras;

- defesa do direito à educação familiar, em contraposição ao que estabelece a Constituição Federal;

- militarização da educação, por meio da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, braço da Secretaria de Educação Básica (SEB), a qual visa fomentar, acompanhar e avaliar a ampliação de escolas e modelos de gestão compartilhada entre as Secretarias de Educação, o Exército, as polícias militares (PM) e o Corpo de Bombeiros;

- apresentação do Future-se, na verdade um esboço que jamais alcançou a forma de projeto de lei, mas pelo qual o governo disseminou e buscou angariar apoio para mudanças na forma de financiamento da universidade pública, com a privatização da pesquisa, a transformação dos professores em empreendedores do conhecimento; enfim, ações que intentam desresponsabilizar o Estado de sua obrigação constitucional com a universidade pública;

- autorização para a ampliação do uso da educação a distância nos cursos presenciais para 40% da carga horária, com implicações amplas na qualidade da educação e no trabalho do professor. Tal medida veio acompanhada de normas que facilitaram a ampliação dos pólos de educação a distância, diminuindo a capacidade de controle e fiscalização pelo MEC.

A somatória dessas ações implica o avanço dos processos de privatização e de acesso a recursos públicos pelo capital privado e a redução dos mecanismos de controle e regulação pelo MEC, o que implica a criação de dificuldades operacionais e políticas para quaisquer objetivos voltados à construção de uma educação pública de qualidade. Enfim, um conjunto enorme de adversidades para a educação dos filhos dos trabalhadores. Esse receituário neoliberal mesclado com teses neoconservadoras, que articulam interesses do capital às perspectivas morais da direita cristã, tem sido uma das bases de sustentação do governo atual. É a junção do ideário ultraliberal e da pedagogia da barbárie. Se somarmos a esse quadro ações anteriores, efeitos do golpe de 2016, como a PEC que congelou os gastos sociais públicos por 20 anos, a reforma trabalhista e a reforma da previdência temos uma situação em que para o trabalhador e seus filhos, de miséria e barbárie social.

O governo Bolsonaro tem posto ênfase na defesa desses processos, numa mistura de ranço neoliberal e prazer pelo sofrimento. Não custa lembrar a frase várias vezes repetidas ao longo da campanha presidencial de 2018 de que os trabalhadores precisariam escolher entre a preservação de direitos sem emprego garantido para todos ou a garantia de empregos sem direitos. O que o processo político reservou às amplas camadas de trabalhadores foi bem pior: nem empregos nem direitos. Os dados mostram a enorme precarização do trabalho, a diminuição da renda dos trabalhadores, o aumento do desemprego e da informalidade.

Posto esses elementos que caracterizam o governo Bolsonaro, levantamos a seguinte questão: Bolsonaro é o paladino cristão na guerra ao marxismo cultural ou a expressão possível do capitalismo financeiro e da barbárie que essa forma histórica do capital produz? Apresentamos, a seguir, alguns elementos que podem ajudar a pensar a questão.

O BOLSONARISMO COMO EXPRESSÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO FINANCEIRO

Entendemos que o bolsonarismo e sua compreensão implicam buscar elementos no contexto amplo imposto pela lógica do capital. Com isso, queremos aventar a ideia de que a raiz da crise brasileira e o processo de esgarçamento social que ela gera, que ganhou dimensão na ascensão do bolsonarismo, derivam da forma como tem se administrado a dívida pública, sua articulação com a financeirização da economia e a política de esgarçamento social que gera. Esclareça-se: a dívida pública federal inclui o endividamento interno e externo do Brasil. Segundo a Agência Brasil, os valores absolutos da dívida chegaram a R\$ 3,785 trilhões em agosto de 2018, com previsão de que superasse R\$ 4,3 trilhões em 2019.¹²

Dados da Auditoria Cidadã da Dívida, mostram que em 2018, cerca de R\$ 1,065 trilhão de reais foram pagos pelo governo federal a título de juros e amortizações da dívida pública, perfazendo um total de 40,66% do orçamento executado.¹³

O debate sobre a dívida pública brasileira foi controlado por agentes econômicos¹⁴ que definiram uma única narrativa, tornando a discussão refém do ajuste fiscal, da intocabilidade das políticas monetária e fiscal e da defesa do primado da taxa de juros de equilíbrio, sempre superior aos índices de desempenho da economia, e, de outro lado, minimizando temas como educação e inclusão social e demonizando qualquer direito social e trabalhista.

Ao longo dos governos petistas, entre 2003 e 2016, a crítica elaborada por esses agentes econômicos recaía na elevação do gasto público, especificamente na seguridade social. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, em 2003, primeiro ano do governo petista, o total foi R\$ 42,6 bilhões. Nos 12 anos seguintes o investimento alcançou o valor de R\$ 127,9 bilhões.

O maior investimento público em educação possibilitou uma série de políticas educacionais de inclusão e permanência no ensino superior, de cotas nas universidades públicas, de cotas para estudantes das redes públicas, de valorização da diversidade e da identidade, de expansão do sistema federal de educação tecnológica e das universidades federais. Enfim, uma política que possibilitou o acesso a educação a uma parcela da população trabalhadora que jamais teve acesso à educação pública de qualidade.

O golpe de 2016 teve como um de seus objetivos conter a expansão dessa política.

12 Dados obtidos em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/divida-publica-sobe-098-e-atinge-r-3785-trilhoes-em-agosto>. Acesso em 17 de abr. 2020.

13 Dados obtidos em <https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/>. Acesso em 17 de abr. 2020.

14 Os agentes econômicos aqui mencionados são os que fazem a disseminação das teses do deus mercado. Ocupando as principais editorias de jornais e mídias ditas especializadas, esses agentes disseminam a tese de que o gasto público não pode ser maior que o crescimento do PIB e da arrecadação fiscal. Dessa forma, condicionam o investimento em políticas sociais ao mercado. Com esse discurso, que se anuncia como técnico, visam paralisar e condicionar as políticas sociais à lógica economicista, secundarizando a legitimidade dos governos eleitos e, dessa forma, condicionando e enquadrando a democracia em espaço restrito.

O conjunto de dogmas disseminados pelos agentes de *mercado* constituiu o cenário para um conjunto de medidas de regulação como a PEC 55, que congelou os gastos sociais públicos por 20 anos, as reformas trabalhista e da previdência. A narrativa criada aludia a uma lógica em que se reduziu os encargos trabalhistas e as empresas ficam mais produtivas, a economia ficará mais produtiva, abrindo espaço para aumento dos salários e distribuição da renda. Isso permitiria também ao Estado ampliar o investimento em educação, mas condicionado ao crescimento da arrecadação de impostos.

Contrariando toda a lógica exposta pelos funcionários do capital, o que de fato vem ocorrendo é a diminuição dos gastos em seguridade social, a destruição das políticas de proteção aos trabalhadores mais pobres, o desmonte do mercado de trabalho e a redução da formalidade, redundando, para os consumidores, na perda da capacidade de tomada de crédito – seja pela ausência de carteira de trabalho seja pela imprevisibilidade dos rendimentos –, no aumento do custo médio do financiamento e no encarecimento dos investimentos futuros; para o erário público, na menor arrecadação fiscal e previdenciária e na diminuição dos recursos para investimento (FGTS). A lógica da destruição se mostra em toda sua essência: dada a financeirização do Estado, somada ao discurso do ajuste fiscal, tem-se o crescimento da dívida diante do orçamento, a perda de capacidade de investimento do Estado e a diminuição da arrecadação fiscal.

Diante da crise, qual solução tem sido apresentada pelo governo Bolsonaro? Mais ajuste fiscal, menos crescimento econômico, aumento da dívida pública e, em decorrência, da crise. Ficamos presos à lógica do juro e da dívida pública; reféns dos interesses do capital financeiro, que destruiu a capacidade política dos Estados. Em síntese, o que a política econômica em curso explicita é que o capital financeiro é a crise e, no Brasil, ela se expressa politicamente no governo Bolsonaro e no que ele representa. Nada mais compreensível que o indicado para o Ministério da Economia fosse Paulo Guedes, figura visceralmente vinculada ao capital financeiro e defensor histórico das políticas de desmonte da capacidade de ação social e de regulação política e econômica do Estado - um típico defensor do capitalismo e de sua barbárie.

Bolsonaro não é nem o paladino cristão e menos ainda o condutor político desse processo movido pelo capital financeiro. No seu governo e nas forças político-ideológicas que o apoiam não há nada próximo ou parecido com intelectuais do porte de Leo Strauss, Irving Kristol, Daniel Bell ou Allan Bloom. O máximo que se pode mencionar é a proximidade – estritamente ideológica, diga-se – que figuras de seu entorno mantiveram com Steve Bannon¹⁵. Sabemos

15 Segundo Roberto Bueno, em texto publicado no portal do Brasil 247, “Stephen Kevin Bannon (1953), ou simplesmente ‘Steve’ Bannon, como ficou conhecido mundo afora, é um personagem que vergou o subsolo da ideologia neoconservadora e emprestou-lhe novo rumo ao semear solo autoritário bastante fértil. Nele floresceram as mais favoráveis condições culturais para a reconfiguração das forças político-partidárias alimentadoras da revolução neofascista devidamente mascarada com falsa roupagem neoliberal-capitalista. Esta é o sentido dos fatos nas Américas e na Europa sob intensidades diversas para articular os interesses do império norte-americano e seus associados capitalistas.” (Cf. <https://www.brasil247.com/blog/quem-e-steve-bannon-i>)

que sua capacidade de tomar decisões é pequena e que tem pouca ou nenhuma influência nas decisões econômicas. Sua expressão tosca diz muito de como os mecanismos de controle que o capital possui são eficientes, tão eficientes que podem se dar ao luxo de ter uma figura rude e ignara como Bolsonaro na direção política do país.

No caso da educação, a tragédia é imensa. A escolha para ocupar o Ministério da Educação de nomes que apresentam identificação com o ideário neoconservador bolsonarista permitiu a esse grupo transformar a luta ideológica em elemento da política educacional. Se por um lado os efeitos das medidas de restrição orçamentária diminuem o investimento em educação, por outro, mesmo as verbas destinadas à educação não são aplicadas, pois falta capacidade de gestão a esse grupo. É uma dupla tragédia. A política de destruição da educação pública se dá, assim, pela restrição de recursos, mas também pela incapacidade de gestão.

O que sobra é apenas as pirotecnias tão ao gosto do Ministro Abraham Weintraub.

O BOLSONARISMO COMO EXPRESSÃO POLÍTICA DA BARBÁRIE CONTEMPORÂNEA

Cabe, neste item de finalização, proceder à leitura e análise que vai no sentido de recuperar questões já levantadas por Marildo Menegat, em texto que consideramos seminal para a compreensão deste tempo bolsonarista. No nosso caso, tempo que a ação corrosiva das políticas de destruição, tão comuns ao capital, ganharam face pública de perversidade e insanidade, de barbárie, na figura política de Jair Messias Bolsonaro.

Em *Depois do fim do mundo – a crise da modernidade e a barbárie* (MENEGAT, 2003), o autor situa a barbárie como condição intrínseca à lógica do capital e fundamental para a compreensão da cultura e da sociedade atuais. Recuperando a famosa frase de Francisco Goya, de que o sono da razão produz monstros, o autor recupera o novo significado que lhe atribui Adorno, para quem, diferentemente dos monstros, cujas figuras desvanecem com o mínimo despertar da razão, os bárbaros estão soltos por aí, presentes cada vez mais em nosso cotidiano, de forma permanente a habitar nossas vidas.

A ação corrosiva do capital e de suas forças políticas não constitui novidade para os trabalhadores. Essa tem sido a lógica a orientar a vida e o cotidiano dos que trabalham. Mas essa ação corrosiva não se sustenta infinitamente se posta de forma explícita, dura e crua. Ela precisa de atenuantes que a façam ser sentida, percebida, vivida como algo extemporâneo, não comum, não normal, como algo que surge em razão de anomalias do sistema e do mercado, palavra esta que assumiu ares de objetividade e materialidade, mas desprovida de essência, de vida, de gente. O mercado, nas vozes dos funcionários do capital, assume uma forma reificada, como patologia da razão, expressão maior do fetichismo da mercadoria e de uma sociedade fundada no trabalho abstrato (MARX, 2013). É como se o mercado fosse uma entidade, um ser provido de identidade e ação próprias, o demiurgo

de plantão, capaz de decidir e definir o rumo dos processos sociais, cabendo a nós apenas a adaptação a seus desígnios.

A narrativa construída assume, assim, ares de indefinição, em que a crise do capital e a barbárie que produz não possuem agentes políticos e seus protagonistas não podem ser identificados. Essa análise, tão comum entre os especialistas de economia que disseminam suas crenças cotidianamente via jornais, rádios, televisões e mídias em geral, encaixa-se perfeitamente na famosa definição de Marilena Chauí. Ao referir-se à classe média e sua ação política raivosa, irracional, preconceituosa e fascista, afirmou que “a classe média é uma abominação política, porque é fascista, é uma abominação ética porque é violenta, e é uma abominação cognitiva porque é ignorante.”¹⁶ Vivemos hoje o apogeu da *abominação cognitiva*, em que as forças do capital não manifestam preocupação alguma com as consequências da destruição dos direitos dos trabalhadores. Vivemos um momento em que as atenuantes que o capital produziu ao longo do tempo para diminuir o sofrimento dos trabalhadores são destruídos em nome da modernidade ou modernização da vida.

Em curto espaço de tempo, no Brasil, essas forças, cuja insanidade não tem limite, destruíram os poucos direitos e proteção que os trabalhadores possuíam. Em nome da *austeridade fiscal*, expressão cunhada para definir os desígnios do ‘Deus’ mercado, os gastos sociais foram congelados por 20 anos, com impactos devastadores para os trabalhadores que dependem de serviços públicos como educação, saúde, seguridade, habitação, infraestrutura básica de água, esgoto e saneamento. Uma ação que em pouco tempo tem produzido resultados nefastos, expressos em crescimento da mortalidade infantil, diminuição da oferta de remédios de uso contínuo para doenças crônicas, aumento dos indicadores de pobreza, da violência social e do desemprego, enfim, na exposição nua e crua da letalidade que o capital produz quando desprovido de um mínimo de controle.

Outro aspecto que mostra a não preocupação do capital em criar mecanismos de atenuação de sua ação é o ataque e destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que minimamente disciplinava o capital e as relações de trabalho. A eliminação de dispositivos de segurança que possibilitavam ao trabalhador recorrer à Justiça do Trabalho, de regulação da jornada de trabalho, de garantia de salários e de direitos do trabalhador transformaram as relações de trabalho num processo que pouca preocupação traz ao capital.

A burguesia tem a seu dispor regras que lhe permitem contratar e demitir de formas as mais diversas os trabalhadores, atendendo a seus interesses imediatos, ampliando significativamente as formas já precarizadas de trabalho, reproduzindo a figura cada vez mais comum do trabalhador uberizado, despossuído de direitos e garantias mínimos. Um trabalhador que, na expressão dos funcionários do capital e dos apologetas do mercado, é um empreendedor moderno, que controla seu tempo e o disponibiliza da forma que quer. Essa

16 Essa fala foi proferida por Marilena Chauí em evento que marcou o lançamento do livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, organizado por Emir Sader. (2013)

é outra expressão da abominação cognitiva que assola nossos tempos, que materializa um contexto em que as ações atenuantes do capital são dispensadas.

A sequência da lógica destrutiva do capital e de suas atenuantes atingiu também a figura central de proteção do trabalhador, sua organização político-sindical, tão já combalida nas últimas décadas, mas que ainda mantinha importância, especificamente pelo reconhecimento de sua legitimidade como representante dos interesses dos trabalhadores. Os sindicatos são objeto de processo político que visa o esvaziamento, a descapitalização, a desresponsabilização e a diminuição de sua importância nos dissídios coletivos. Em síntese, um processo que visa a morte do sindicato e da organização política dos trabalhadores.

O que explica essa lógica destrutiva posta em movimento pelo capital?

Na narrativa dos funcionários do capital não se trata de crise; ao contrário, vivemos a lógica inexorável de uma ‘modernização’ da sociedade cada vez mais livre das amarras do poder estatal, cabendo a cada um adaptar-se a ela, encontrar seu espaço, exercer seu potencial empreendedor, ser criativo e viver a plenitude do empoderamento individual. De forma lacônica, podemos afirmar que é o ápice, a masterização explícita alcançada por uma expressão cunhada por Margaret Thatcher, política conservadora e Primeira Ministra da Grã-Bretanha entre os anos de 1979 e 1990. Ao referir-se às críticas que recebia pela implantação de políticas econômicas e sociais que diminuíam a presença do Estado, afirmou: “Não existe essa coisa de sociedade. Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias.”¹⁷

O tempo e as crises do capital, tão constantes nesse período de predominância financeira, mostraram que a fala de Thatcher é apenas mais uma abominação cognitiva, tão comum em tempos de destruição das atenuantes que davam ao capital e a suas relações o mínimo de legitimidade. As crises financeiras de 1997, 2008 e a atual estão sendo enfrentadas pelo capital por meio da única forma que ele entende ser capaz e funcional: pela ação do Estado, de políticas públicas. A transferência maciça de recursos públicos para o sistema financeiro, o verdadeiro sequestro do fundo público pelo capital é que permitiu que as grandes corporações não fossem à insolvência.

Nunca a destruição criativa foi tão eficiente para aumentar o poder e a concentração do capital como nesta época de crise financeira, de predomínio e imposição da lógica do capital improdutivo. Segundo Ladislau Dowbor (2018), cinco famílias comandadas por homens brancos concentram um montante de capital que é superior ao que possui metade dos trabalhadores no mundo. O que essa situação mostra é que, diferentemente do afirmado por Thatcher, o Estado existe sim e funciona como meio eficiente de concentração da riqueza, como a forma política da forma-valor, para usar os termos de Alysso Mascaro (2013). O indivíduo também existe, mas não o indivíduo abstrato enaltecido pela narrativa do capital: o indivíduo que existe é um trabalhador, que não controla a lógica que define

17 Conforme traduzida e publicada pelo editor-executivo da revista Exame, David Cohen, em: <https://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/04/8-frases-memoraveis-de-margaret-thatcher.html>.

seu ser, seu trabalho, sua vida. A lógica do capital e as relações sociopolíticas que lhe dão materialidade e vida repõem a situação que os trabalhadores vivem na carne, impõem a verdade nua e crua das formas de organização social a que conduzem. Como já afirmou Kafka, a esperança existe, mas não para nós.

Um último elemento ilustra a lógica insana que o capital produz. Em época de pandemia global e de paralisação da atividade econômica em larga escala, com aumento do desemprego e da miséria, a revista *The Economist*, porta-voz do capital financeiro no mundo, em sua capa de 20 de março de 2020 utilizou a seguinte frase para expressar sua compreensão do momento: *everything under control*, em tradução livre, tudo sobre controle. Impossível aqui, diante da forma de compreensão do real exposta pelos economistas e analistas de mercado de plantão, não associar essa forma à lógica exposta por Marildo Menegat da qual fizemos uso neste texto: ao afirmar que a irracionalidade em curso, cultuada em certos meios, é a porta de entrada e de expansão de uma sociedade que se fundamenta na destruição da vida, nossa preocupação maior não deve ser com os monstros que ela cria, mas com a barbárie que cultiva, dissemina e procura naturalizar. No caso, essa barbárie se expressa no bolsonarismo, nas ações de suas falanges, no antiintelectualismo que o cerca e na pedagogia da barbárie que dissemina

A definição de David Harvey para o capitalismo financeiro em curso, como *a loucura da razão econômica* (HARVEY, 2018), associada à pedagogia da barbárie, nos ajudam a entender o bolsonarismo e a lógica destrutiva que o caracteriza.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-escola-sem-partido>. Acesso em 05 de abr. 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: expressão Popular, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Outras palavras/Autonomia Literária, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bw_ptl_xxOGFMUM2RnJYNjdIRXM/view. Acesso em 09 mar. de 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução Artur Renzo. São Paulo, Boitempo, 2018.

HUGT, Brandon. The Recent Historiography of American Neoconservatism. **The Historical Journal**, 52 (2), p. 475-91, 2009. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/historical-journal/article/recent-historiography-of-american-neoconservatism/9D2502F4F7D3AC746FD06C9F668BE87B> Acesso em 01 mai. 2020.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MACHADO, Rosana Pinheiro; FREIXO, Adriano de. (orgs.) **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MARX, Karl. (2013). **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEGAT, Marildo. *Depois do fim do mundo - a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Damará; FAPERJ, 2003.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira **As desventuras da sociedade pós-industrial**: as falácias da visão determinista do desenvolvimento tecnológico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2019.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO DA SILVA, Evaldo. Os três movimentos da modernidade. **Ethic@** - An international Journal for Moral Philosophy, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 321-345, dez. 2013. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2013v12n2p321>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

VALE, Maria Ribeiro do. Matizes do pensamento político norte-americano na virada conservadora de 1970. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 369-383, agosto de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 abr. 2020.

TANNER, Lisa. **Allan Bloom**. Disponível em: <<http://www2.southeastern.edu/Academics/Faculty/nadams/educ692/Bloom.html>>. Acesso em: 09 abr. 2020.